

CAPÍTULO 5

**RELAÇÕES DE SERVIDÃO:
EUROPA MEDIEVAL OCIDENTAL**

A Idade Média tem, como referência temporal, o período que vai do século V ao XV. Alguns autores citam 395 como marco inicial; nesse ano ocorreu a divisão do Império Romano em Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente. O ano de 1453 é visto como marco final; nesse ano ocorreu a tomada de Constantinopla, pelos turcos otomanos.

Nesse período (séculos V a XV), coexistiram civilizações com organizações econômico-político-sociais diferentes: as civilizações ocidentais, oriundas do antigo Império Romano do Ocidente; as orientais, oriundas do antigo Império Romano do Oriente, como é o caso da civilização bizantina; e as civilizações orientais que não faziam parte do antigo Império Romano, como é o caso da civilização muçulmana e das civilizações da Ásia oriental. Dentre as orientais, serão destacadas as civilizações bizantina e muçulmana, por sua contribuição na divulgação de conhecimentos que seriam, posteriormente, assimilados e desenvolvidos pela civilização ocidental. Essas civilizações caracterizam-se por ter formação étnico-cultural diversificada (grega, síria, egípcia, persa...), poder centralizado, grande desenvolvimento de cidades, o comércio como uma das principais atividades econômicas.

Além disso, nas sociedades orientais, a religião teve papel diferente daquele das sociedades ocidentais. Na civilização bizantina, apesar do domínio do cristianismo¹, a religião era alvo de discussões e debates que a questionavam (o que é demonstrado pelas heresias que surgiram), e a Igreja estava subordinada ao Estado. Na civilização muçulmana, onde predominava o islamismo, a religião possibilitou a coexistência de outras crenças e não teve papel monopolizador do conhecimento – uma vez que esse não era produzido apenas por religiosos –, tendo um caráter mais prático e utilitário.

Assim, essas civilizações, por suas características econômicas (o comércio era uma atividade bastante desenvolvida), político-institucionais (o

1 O cristianismo foi declarado religião oficial do antigo Império Romano em 312.

poder era centralizado e a Igreja não tinha papel monopolizador) e étnico-culturais (havia diversidade), desenvolveram-se num processo diferente do ocorrido na Europa ocidental.

O contato com outras culturas fez com que as civilizações bizantina e principalmente muçulmana, respondendo às necessidades concretas existentes, desenvolvessem conhecimentos em diversas áreas, aos quais a Europa ocidental teria acesso apenas posteriormente.

É o caso, por exemplo, das técnicas de irrigação, canalização, aclimação de plantas exóticas, papel, pólvora, imprensa, astrolábio, atrelagem de cavalo, relógio, bússola, leme de popa, muitas dessas técnicas de procedência chinesa. Desenvolveram-se também conhecimentos na matemática (geometria, álgebra, trigonometria, equações, etc.) nos quais interferiam os conhecimentos dos hindus; conhecimentos na medicina (anatomia e doenças diversas), na geografia (astronomia e cartografia), estes últimos muito estimulados pelo incremento do comércio. Estudos sobre o pensamento grego foram também desenvolvidos, principalmente sobre Aristóteles que foi por eles traduzido e posteriormente divulgado na Europa ocidental.

Assim, não se pode ver a Idade Média como um todo homogêneo, uma vez que nela coexistiram diferentes organizações sociais. Considerando, no entanto, a amplitude de civilizações e a diversidade de suas características quanto ao modo de produção, limitar-se-á o estudo da produção de conhecimento do período medieval à região ocidental, embora não se deva esquecer a influência das contribuições orientais na sociedade feudal ocidental.

Há que se observar que, no que diz respeito ao modo de produção feudal ocidental, a passagem do escravismo ao feudalismo se deu num processo, isso é, as características essenciais do feudalismo não estavam totalmente presentes no seu início, bem como não permaneceram estáticas durante todo o período. Além disso, a formação do modo de produção feudal, em diferentes regiões do Ocidente, deu-se em épocas diversas. Didaticamente, no entanto, o modo de produção feudal ocidental será dividido em duas fases: a primeira, que vai do século V ao X, cuja base econômica é fundamentalmente agrícola (período em que se processa a substituição do escravismo pela servidão) e uma segunda, a partir do século XI, período em que o feudalismo já está estruturado, na qual intensifica-se o comércio.

A seguir, serão abordadas as características do modo de produção feudal, no que diz respeito aos aspectos econômicos, políticos e sociais, e ao conhecimento produzido.

FEUDALISMO: COMO TUDO COMEÇOU

Nos séculos III e IV, o Império Romano está em crise. Algumas condições econômicas, sociais e políticas contribuíram para a gradativa destruição do modo de produção escravista e a constituição dos fundamentos do sistema feudal.

Nesses séculos, com a interrupção da política expansionista, a mão-de-obra escrava, base da economia romana, torna-se dispendiosa e escassa; tendo por base o escravismo, cai a produção agrícola e artesanal, diminuindo o fluxo comercial; o empobrecimento dos pequenos proprietários de terra, já em minoria devido à concentração de terras nas mãos de poucos, torna-se maior em razão dos impostos cobrados pelo Estado; o empobrecimento da população reflete-se nas revoltas sociais internas que assolam a sociedade romana. Todos esses fatores contribuem para a instabilidade do Estado romano e para o enfraquecimento de seu poder. As condições estavam criadas: os grandes proprietários vão se tornando cada vez mais auto-suficientes e independentes.

Visando a afastar-se dos conflitos que freqüentemente assolavam as cidades, os grandes proprietários deslocam-se para suas vilas (propriedades rurais). Aí instalados, começam a arrendar partes de suas grandes propriedades a agricultores livres, que deviam, então, ceder ao proprietário uma parte da produção como forma de pagamento. A terra começa a ser essencial para a sobrevivência dos indivíduos: os proprietários conseguem manter seus privilégios arrendando parte de suas propriedades aos colonos; estes sobrevivem à custa de seu trabalho em terras alheias. Sendo essencial, a terra passa a adquirir um grande valor.

A ruralização, iniciada pelos romanos no século III, intensifica-se com as invasões dos povos germânicos, denominados "bárbaros" pelos romanos. A partir dessa infiltração, quer pacificamente, quer de forma belicosa, constituem-se os reinos romano-germânicos, nos quais predominam as relações de dependência pessoal. Enquanto no Império Romano as relações de dependência estabeleciam-se com o Estado, entre os povos germânicos as relações de fidelidade eram pessoais, dando-se entre o chefe do clã e seus companheiros de guerra; essas relações baseavam-se na doação de terras, fato que impunha deveres aos receptores em relação aos doadores. De acordo com Silva (1984), existe uma contradição inerente ao processo de estabelecimento de laços de fidelidade: ao mesmo tempo em que garante uma relação de dependência entre receptor e doador, diminui o controle deste sobre a extensão territorial devido à fragmentação.

Esse processo de fragmentação e auto-suficiência de territórios, bem como o processo de estabelecimento de relações pessoais, vai caracterizar o feudalismo na sociedade européia.

A VIDA NO FEUDO: PRODUÇÃO PARA A SUBSISTÊNCIA

Para conhecer o modo de produção feudal, é importante analisar como as pessoas se organizavam para produzir a sua existência, que relações decorriam dessa organização e que valores, idéias e conhecimentos eram produzidos e veiculados.

No feudalismo, a unidade econômica, político-jurídica e territorial era o feudo; em outras palavras, numa dada extensão de terra, eram produzidos os bens necessários à manutenção de seus habitantes, realizadas as trocas de bens e elaboradas as leis e obrigações que vigoravam.

Do ponto de vista econômico, o feudo era praticamente auto-suficiente. Nele se desenvolviam a produção agrícola, a criação de animais, a indústria caseira e a troca de produtos de diferentes espécies, atividade essa limitada principalmente ao próprio feudo; as trocas eventuais entre os feudos ocorriam em menor escala e tinham pouca importância econômica. Sendo a produção essencialmente agrícola, a base econômica do feudalismo é a terra; além de essencial para a economia, a distribuição da terra interferiu nas relações que se estabeleceram nesse período.

O essencial no feudalismo era o vínculo pessoal, que podia se dar de duas formas: por meio da relação entre suserano e vassalo (quer entre nobres, quer entre membros do clero) ou entre senhor e servo.

O proprietário² de grande extensão de terra, ao ceder parte dela a um indivíduo, recebia em troca a prestação de serviços; assim, criava-se um vínculo pessoal entre aquele que cedia a terra e o indivíduo que a recebia, e, embora existisse a relação de dominação, havia obrigações recíprocas entre as partes. As obrigações envolviam relações diretas entre quem cedeu e quem recebeu a posse da terra, podendo ainda multiplicar-se na medida em que um vassalo podia ceder parte de suas terras, transformando-se, assim, em vassalo-suserano.

Entre o suserano e o vassalo, as obrigações eram de ordem militar, financeira e jurídica. De acordo com Aquino e outros (1980),

2 O termo proprietário é aqui usado para se referir àquele que de alguma forma pudesse dispor da terra, ou por lhe pertencer de fato, ou por ter adquirido o direito de fazê-lo por meio da relação de vassalagem.

A condição de vassalo acarretava determinadas *obrigações* para com o suserano, a saber: *auxílio militar obrigatório* durante quarenta dias por ano; *auxílio financeiro* para o resgate do suserano, para a participação nas Cruzadas, para armar cavaleiro o primogênito ou quando do casamento da filha mais velha do suserano; e *auxílio judiciário*. Em troca, o *suserano* devia *proteger os vassalos* e os que dependiam dele e proporcionar-lhes justiça. (p. 392)

A proteção do feudo era feita pelos cavaleiros que o senhor sustentava em troca de serviços militares.

Os vínculos pessoais também existiam entre senhores e servos; enquanto o senhor tinha por obrigação proteger os servos de ataques, estes tinham duas formas de obrigação – prestar serviços (plantar na terra do senhor, consertar estradas, arrumar moinhos, etc.) e dar ao senhor parte da produção agrícola.

As obrigações que recaem sobre um camponês podem ser observadas no seguinte documento do século IX:

Walafredus, um *colonus* e mordomo, e a sua mulher, uma *colona* (...) homens de Saint Germain, têm 2 filhos. (...) Ele detém 2 mansos livres, com 7 *bunuária* de terra arável, 8 acres de vinha e 4 de prados. Deve por cada manso 1 vaca num ano, 1 porco no seguinte, 4 *denários* pelo direito de utilizar a madeira, 2 *módios* de vinho pelo direito de usar as pastagens, 1 ovelha e 1 cordeiro. Ele lavra 4 varas para um cereal de inverno e 2 varas para um cereal de primavera. Deve corvéias, carros, trabalho manual, cortes de árvores quando para isso receber ordens, 3 galinhas e 5 ovos (...). (Monteiro, 1986, p. 47)

O senhor, podendo dispor da terra, cedia ao servo o direito de nela se instalar; o servo, necessitando de terra para seu próprio sustento, ao se instalar, passava a ser a ela vinculado, isso é, ficava impossibilitado de mudar-se, tornando-se obrigado a trabalhar para o senhor alguns dias da semana; além disso, era obrigado a dar parte dos produtos obtidos no pedaço de terra em que se instalara. Assim, o servo era taxado duplamente: de um lado, quando obrigado a trabalhar alguns dias da semana para o senhor, e, de outro, quando, ao trabalhar para o seu próprio sustento, era obrigado a lhe dar parte da produção. Além dessas obrigações, o servo pagava uma série de “impostos”, como pelo uso do moinho, pelo casamento, etc.

Pelo casamento, por exemplo, o servo não só deveria pedir consentimento ao senhor como, também, pagar um imposto – o *maritagium*. Segundo Monteiro (1986), o não-cumprimento dessas obrigações constituía um delito de cujas penas o servo só poderia se isentar pelo perdão do senhor. O texto, a seguir, exemplifica essa situação mostrando o papel da Igreja como mediadora servo-senhor.

Ao nosso mui querido amigo, o glorioso conde Hatton, Eginhardo, saudação eterna no Senhor.

Um dos vossos servos, de nome Huno, veio à Igreja dos Santos Mártires Marcelino e Pedro pedir mercê pela falta que cometeu contraindo casamento, sem o vosso consentimento, com uma mulher de sua condição que é também vossa escrava. Vimos, pois, solicitar a vossa bondade para que em nosso favor useis de indulgência em relação a este homem, se julgais que a sua falta pode ser perdoada. Desejo-vos boa saúde com a graça do Senhor. (Monteiro, 1986, p. 42)

No Feudalismo, enquanto o senhor era “proprietário” da terra e se apropriava da maior parte do produto do trabalho do servo, este era dono dos instrumentos utilizados para a produção (pelo menos da grande maioria) e era quem controlava seu próprio trabalho, isto é, tanto os instrumentos de produção quanto a forma de produzir eram de domínio do servo.

É importante lembrar que, embora as relações pessoais suserano-vassalo e senhor-servo (relações de servidão) caracterizassem essencialmente o sistema feudal, existiam camponeses que eram proprietários de terras e artesãos que eram donos de oficinas; esses casos, no entanto, eram minoria e neles a produção era pessoal e familiar.

Embora o feudo fosse a base do sistema feudal, existiam cidades (burgos). Estas, até o século XI, tiveram importância reduzida e estavam estreitamente vinculadas ao feudo, pois, além de situarem-se em terras de senhores feudais e a eles pagarem impostos, eram submetidas à sua jurisdição legal.

A pouca importância das cidades nesse período está relacionada à forma como a sociedade feudal começa a se estruturar. Entre os séculos V e X ocorre um processo de ruralização e fragmentação. Os feudos tornam-se auto-suficientes, conseguindo sobreviver com o que produziam – o produto do trabalho tem, portanto, exclusivamente valor de uso.

Nesse contexto, pode-se entender, também, porque tanto o desenvolvimento técnico quanto o científico praticamente inexisteram. As poucas inovações, desse período, deram-se em termos técnicos e foram trazidas pelo povos ditos bárbaros que introduziram, por exemplo, o estribo para cavalos, o arado de rodas (construído de madeira) e o cultivo de cereais, até então não produzidos.

Somente ao final desse período é que ocorre um certo desenvolvimento técnico, voltado sempre às atividades agrícolas: ocorrem o aperfeiçoamento dos instrumentos (por meio do uso do ferro em sua construção), a rotação trienal de terra e a expansão dos moinhos d'água.

O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E DAS CIDADES: ALTERAÇÕES NA SOCIEDADE FEUDAL

Se até o século XI as cidades não tiveram importância, a partir daí elas ressurgiram com vida própria, ao lado dos feudos. Elas passaram a ser centros produtores e comerciais – o que, por um lado, estimulou o crescimento do artesanato (desenvolvido por artesãos, agora geralmente habitando as cidades) e, por outro, facilitou um maior intercâmbio entre as pessoas de diversos locais – diferentemente do que ocorria quando estavam vinculadas ao feudo.

O desenvolvimento das cidades e a intensificação do comércio devem-se a fatores diversos e relacionados. Segundo Mason (1964), hábitos e técnicas trazidos pelos bárbaros teutônicos – que invadiram o Império Romano em desagregação – contribuíram para posteriores inovações técnicas.

Estas diversas inovações tiveram como consequência o fato de que a maioria dos homens ficou, então, aliviada de certa parcela do rude trabalho físico que lhe fora exigido na antiguidade, e de que um excesso de alimentos foi produzido, acima da necessidade de subsistência dos domínios senhoriais. Tais excedentes de provisões permitiram o desenvolvimento das cidades, com seus ofícios e comércios, e proporcionaram a riqueza necessária aos notáveis empreendimentos que deram lugar entre os séculos XI e XIII: as cruzadas, a construção das catedrais e a fundação das Universidades. (p. 81)

Já, para Aquino e outros (1980), o renascimento das cidades e do comércio foi estimulado pelo crescimento populacional, possível pela menor incidência de mortes por epidemia. Esses autores relacionam o aumento populacional ao aumento da produção agrícola, ao afirmarem que,

evidentemente, é difícil determinar o que começou primeiro, mas é certo que um estimulou o outro. O aumento da população significou multiplicidade da mão-de-obra disponível e ampliação do mercado de consumo, o que, é certo, influiu no aumento de produção agrícola.

Este foi possível devido às inovações técnicas na agricultura, as quais, por sua vez, acarretaram a produção de excedentes para as trocas comerciais e a liberação de uma parte da população para outras atividades econômicas, como o artesanato e o comércio. (p. 405)

Bernal (1976), entre outros aspectos que contribuíram para o renascimento das cidades, destaca que

a economia feudal em si era em grande parte o produto da desorganização produzida pelo colapso da economia clássica, e pelas invasões bárbaras e perturbações sociais que aquele provocara; uma vez que as condições se estabeleceram e que as guerras se tornaram menos frequentes, a tendência para formas

de organização que não estivessem tão diretamente ligadas à terra voltou a reafirmar-se. (p. 313)

Tal como no feudo, nas cidades havia uma forma de organização para a produção dos bens necessários; no caso, o trabalho artesanal, que era realizado por mestres e aprendizes. O aprendiz era o indivíduo que, para trabalhar com o mestre e com ele aprender o ofício, estabelecia relações de dependência e obrigações. Por outro lado, o aprendiz podia chegar a ser um mestre e ter aprendizes sob sua orientação. O mestre, geralmente o dono da oficina, era dono dos instrumentos, da matéria-prima, do produto que elaborava e era quem organizava sua própria forma de trabalhar.

O artesão elaborava um produto e era por ele responsável desde a compra e manuseio da matéria-prima até sua transformação num produto final e sua venda. Portanto, embora houvesse profissões, dentro de cada uma delas não havia especializações.

Nesse período, a produção de bens deixa de caracterizar-se pelo “valor de uso”, para caracterizar-se pelo “valor de troca”. Isso ocorre tanto em relação à produção artesanal quanto à agrícola: certas culturas de alimentos, por exemplo, passam a ser substituídas por outras em função de seu valor comercial. Com o crescimento das cidades e o desenvolvimento do comércio, além da divisão cidade-campo, ocorre a divisão produtores-mercadores.

A partir do século XI, as condições da sociedade feudal são outras: a intensificação do comércio, o crescimento das cidades, o aumento populacional e o contato com as civilizações orientais – quer por meio do comércio, quer por meio das Cruzadas – caracterizam uma mudança em relação ao período anterior. Nesse contexto, existe estímulo à produção de inovações técnicas, bem como à incorporação de inovações provenientes de outros povos. Nesse estágio em que se encontra o modo de produção feudal destaca-se a influência oriental em relação às inovações incorporadas, as quais contribuíram para as transformações ocorridas na Europa ocidental no que diz respeito ao incremento da produção e do comércio.

Dentre as técnicas incorporadas à atividade agrícola podem ser citados o uso da charrua (em substituição ao do arado), a atrelagem de cavalos, o uso da ferradura (com a conseqüente substituição dos bois pelos cavalos na direção da charrua), técnicas que permitiram utilizar mais eficientemente a terra e a força animal; na moagem de grãos passou-se a utilizar o moinho de vento.

Na atividade têxtil ocorreu o aperfeiçoamento da roca e do tear, que permitiu maior produtividade; além disso, a força hidráulica passou a ser utilizada nos processos que visavam a aumentar a densidade e durabilidade do tecido.

Com a necessidade de transportar mercadorias, houve condições para os aperfeiçoamentos náuticos – tais como o leme de popa e o mastro na proa do navio –, que tornaram possíveis as viagens transoceânicas; com a introdução da bússola, o transporte marítimo pôde ser realizado, mesmo quando não era possível ter a terra e os corpos celestes como guia.

Podem-se citar, ainda, inovações técnicas como fundição de ferro, papel, imprensa, pólvora e canhão. Nas serralherias, a força hidráulica foi utilizada, permitindo chegar à fundição do ferro; com a introdução do papel e da imprensa, foi possível a divulgação mais fácil das idéias (por exemplo, da *Bíblia*); com a pólvora e a fabricação de canhões, alteraram-se profundamente as condições das guerras.

Nesse período, verifica-se, ainda, a intensificação na produção do conhecimento científico em diferentes campos, como a astronomia, a ótica, a medicina, a química e a matemática, áreas essas em que também se observa a influência do conhecimento advindo do Oriente.

Em relação à produção científica, embora seu desenvolvimento tenha sido superior ao ocorrido até o século X, ainda assim foi bastante limitada e com características que poderão ser melhor entendidas quando se considerar o papel que a Igreja desempenhou durante toda a Idade Média, o que será discutido no tópico seguinte.

A IGREJA: UM PODER DURANTE SÉCULOS

Durante o período em que predominou o modo de produção feudal, a Igreja teve um papel marcante.

A influência e a força da Igreja cresceram muito desde o Império Romano. Durante a crise desse Império, o cristianismo surgiu como um questionamento às idéias e valores da sociedade escravista, pregando a crença na igualdade de todos os homens, filhos do mesmo Pai; ainda que perseguidos seus adeptos, o cristianismo representava os anseios de grande parte da população, conquistando cada vez mais seguidores, inclusive entre a aristocracia. De acordo com Aquino e outros (1980), numa sociedade onde reinava a insegurança e que estava sujeita a ameaças – o decadente Império Romano –, a Igreja oferecia segurança e proteção de que a população necessitava; a salvação era buscada cada vez mais por adeptos que doavam terras e pagavam tributos para alcançá-la.

Se num primeiro momento a Igreja representava os anseios de um povo que vivia num regime de opressão, posteriormente passou a ter um importante papel na produção, veiculação e manutenção das idéias e na estrutura social vigentes na sociedade feudal.

A Igreja era grande proprietária de terras, numa sociedade em que a terra era sinônimo de riqueza, tendo conseguido tal poder econômico graças a doações, esmolas, tributos, isenção de impostos e ao celibato, o qual garantia a manutenção das propriedades obtidas como seu patrimônio. Os bens de propriedade da Igreja foram cada vez mais se avolumando, e, para tanto, também contribuiu a cobrança de impostos em troca de proteção espiritual.

Além de forte poder econômico, a Igreja possuía uma estrutura que lhe possibilitou, ainda mais, a hegemonia. Organizando-se de forma centralizada e hierarquizada, garantia sua unidade e um domínio que – diferentemente do exercido pelos senhores feudais – ultrapassava os limites físicos dos feudos. Acresce-se, a isso, a detenção do monopólio do saber, em função do domínio das habilidades de leitura e escrita, restrito praticamente ao clero, e do controle do sistema educacional formal, que era da alçada exclusiva da Igreja.

A influência da Igreja expressou-se nas idéias e princípios jurídicos, políticos, éticos e morais. A busca de organização dessas idéias e princípios foi empreendida por seus representantes, tais como Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho.

Seus esforços concentraram-se na organização da disciplina e do culto, na fixação dos dogmas e da moral, a fim de fortalecer a unidade e dar aos homens da época um código de ética que norteasse suas ações, dizendo-lhes de antemão o que era certo e o que era errado, o que era o Bem e o que era o Mal. A Igreja assumia, assim, a tarefa de pensar por todos os homens da época (...). Por isso, as idéias religiosas eram colocadas em termos absolutos e inquestionáveis sob forma de dogmas e de uma moral rígida. (Aquino e outros, 1980, p. 364)

Também na vida intelectual, a influência da Igreja se fez sentir; se, por um lado, o monopólio do saber permitiu o controle da veiculação do conhecimento, por outro, permitiu o controle da produção de conhecimento. Ao produzir conhecimentos, uniu-se o saber greco-romano aos dogmas cristãos, buscando-se dar, assim, uma fundamentação sólida às doutrinas do cristianismo. Toda a vida intelectual ficou subordinada à Igreja: a teologia, a filosofia e a ciência traziam, umas mais, outras menos explicitamente, a marca da religião.

Em relação aos conhecimentos produzidos, o domínio se faz sentir na medida em que estes não poderiam, em hipótese alguma, contradizer as idéias religiosas, mesmo porque o próprio clero estava envolvido na elaboração e veiculação dos conhecimentos da época.

Nesse contexto, pode-se entender por que a produção do conhecimento científico – que começou a se intensificar a partir do século XI – teve um caráter mais prático que explicativo. Isso pode ser exemplificado pela medi-

cina, na qual a descrição de doenças e a identificação de remédios obtiveram resultados práticos satisfatórios no que diz respeito à terapêutica. Outro exemplo pode ser a química: na tentativa de transformar metais em ouro (tentativa ligada à alquimia), foram aperfeiçoados métodos de reações químicas, bem como elaborados instrumentos e procedimentos de destilação.

Quanto às explicações dadas aos fenômenos, estão impregnadas de valores defendidos pela Igreja: da noção de um mundo criado por Deus, de forma hierárquica e organizada, às noções místicas e especulativas, sente-se a limitação do espírito religioso da época. Novamente, pode-se citar a medicina como exemplo: ao tentar explicar doenças, como é o caso da peste negra, atribui-se-lhes causas tais como influências astrológicas ou anormalidades climáticas. Outro exemplo pode ser retirado da astronomia, cujas explicações incluem seres angelicais ligados aos corpos celestes. Até mesmo Roger Bacon, a despeito de realizar experimentos, é partidário da idéia de que, sem a ajuda de uma sabedoria superior (Deus), o conhecimento intelectual é impossível.

Outra característica da produção de conhecimento refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados; diferentemente do que ocorrerá posteriormente, os fatos, a observação e a experimentação não são critérios de aceitação ou rejeição das explicações. O maior peso é dado à autoridade que tem, como representação máxima, o pensamento de Aristóteles, já cristianizado.

Considerando-se que a observação e a experimentação constituem-se potencialmente em procedimentos que podem vir a gerar, com base em dados, novos conhecimentos contrários àqueles defendidos dogmaticamente com base na autoridade, pode-se entender por que tais práticas sofriam sanções da Igreja. Nesse caso, encontra-se o frade Roger Bacon (século XIII) que, utilizando nos seus estudos de ótica a observação da ocorrência do fenômeno em diferentes situações, sofre pressões e fiscalização da ordem a que pertencia.

Apesar de poderem ser citados, também, Robert Grosseteste e Dietrich de Freiberg, como exemplos da utilização da observação e da experimentação como procedimentos metodológicos, deve-se voltar a ressaltar que eles foram a exceção e não a regra. Embora tenham utilizado procedimentos que serão característicos da ciência moderna, utilizaram-nos num momento em que a sociedade da época não criava condições para generalizá-los.

A interferência da Igreja faz-se sentir também nas preocupações que predominavam na época: considerando que a Igreja constituía uma força do ponto de vista político-econômico, bem como da veiculação das idéias, não é de se estranhar que a preocupação dominante tenha sido basicamente a de discutir a vida espiritual do homem e seu destino, assim como a de justificar

as doutrinas do cristianismo. De acordo com Bréhier (1977-78), caracterizam o pensamento medieval: “(...) vida intelectual inteiramente subordinada à vida religiosa, os problemas filosóficos apresentando-se em função do destino do homem tal como o concebe o cristianismo” (p. 10).

Durante esse período, as discussões acerca do papel da razão e da fé, na justificativa das doutrinas cristãs, tomaram diferentes rumos, indo desde posturas que menosprezaram o papel da razão até as que lhe davam um papel de destaque na justificativa de verdades da fé. Embora variassem as ênfases dadas, quer à razão, quer à fé, a relação entre ambas é um aspecto característico das idéias desse período.

A fonte das doutrinas, comum aos pensadores da época, era a Bíblia. No trabalho de justificar tais doutrinas, utilizavam-se os conhecimentos (explicações, concepções e procedimentos metodológicos) advindos da cultura grega. O pensamento de Platão, dos neoplatônicos, assim como de Aristóteles (boa parte via tradução dos árabes), foi retomado e adaptado de forma a se poder conciliá-lo ao cristianismo. No pensamento medieval, a influência da filosofia platônica se fez sentir com maior intensidade durante o período denominado Alta Idade Média (século V ao X); Santo Agostinho é um dos exemplos dessa influência. A recuperação do trabalho de Aristóteles pelos árabes, a partir do século XI, possibilitou aos pensadores medievais ocidentais o contato com sua obra, na qual passaram a se pautar para o desenvolvimento do conhecimento; Santo Tomás de Aquino pode ser citado como exemplo disso.

Outro traço característico do pensamento medieval é a concepção hierárquica e estática de universo, concepção que deverá permear a formulação dos princípios políticos, éticos e morais predominantes no feudalismo da Europa ocidental. Numa sociedade rigidamente estruturada, em que a Igreja se encontra no topo da escala hierárquica, não é de estranhar que as concepções acerca do universo como ordenado e estático, idéias advindas dos gregos, passassem a prevalecer, pois guardam relação com a própria estrutura da sociedade feudal.